



**CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA

FOLHA N.º \_\_\_\_\_

**ATA – COMPRA DIRETA  
PROC. ADMINISTRATIVO N.º 074/2022**

Trata-se do Procedimento Administrativo n.º 074/2022 para Compra Direta com base na Lei n.º 14.133/2021 para contratação de empresa para prestação de serviços de arquitetura, projeto de interiores e paisagismos, envolvendo confecção de projetos para nova sede da Câmara Municipal de Viana, conforme especificações técnicas contidas no presente Termo de Referência. Publicado no Diário Oficial em 31/01/2023 e com previsão de abertura para o dia 07/02/2023. Na ocasião, 10 (dez) propostas foram recebidas. Destas, 04 (quatro) propostas encontravam-se acima do valor estimado para a contratação e tão logo foram desclassificadas, sendo elas: **L.F ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA CIDADE LEGAL, IZABELA DE OLIVEIRA HOFMAN; LARISSA DE SOUZA COSMI MEO ENGENHARIA LOF INTERIORES, ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO RTS PROJETOS E CONSULTORIAS.** Outras 3 (três) empresas ficaram dentro do valor estimado para a contratação, das quais passa-se a análise: o primeiro colocado, **FERNANDO S CUSTODIO - FSC ELÉTRICA E SERVIÇOS**: iniciada a fase de habilitação, a empresa apresentou parte da documentação exigida pelo item 12 do Termo de Referência. No entanto, o item “12.6.1.3” do referido Termo exigia: “Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação”. A equipe técnica da Câmara Municipal de Viana entendeu que somente foi apresentado o registro do responsável(eis) técnico(s) o(s) Eng. Eletric. **FERNANDO SIQUEIRA CUSTODIO**, sem a juntada da ART/RRT respectiva, documento essencial apto a comprovar a formalização do respectivo acervo técnico do profissional em questão. A ausência do referido documento já constitui causa imediata para sua inabilitação. Além disso, foi solicitado o contrato e/ou notas fiscais relativas ao atestado de capacidade técnica apresentado pela empresa. Da análise do contrato de prestação de serviços encaminhado em 08/02/2023, verifica-se que ele restou assinado somente em 08/02/2023, ou seja, na exata data em que foi solicitada a apresentação do documento jurídico apto a comprovar a existência dos serviços eventualmente prestados, o que indica supostos indícios de irregularidade. Portanto, a inabilitação da empresa **FERNANDO S CUSTODIO FSC ELÉTRICA E SERVIÇOS** é medida que se impõe, pois contraria a vantajosidade que se espera que uma proposta apresentada para a Administração Pública, já que houve inobservância ao 12.6.1.3 e 12.6.1.6 do Termo de Referência; a seguir, foi analisado os documentos do segundo colocado, **CAPOBIANGO SOLUCOES INTEGRADAS LTDA**: Iniciada a análise dos documentos de habilitação, verificou-se que a empresa **CAPOBIANGO SOLUCOES INTEGRADAS LTDA** apresentou somente uma parte da documentação exigida pelo





**CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA

FOLHA N.º \_\_\_\_\_

item 12 do Termo de Referência. Não foram apresentadas as comprovações de que está em situação regular perante as Fazendas Federal e Municipal, ao INSS, ao FGTS e o Ministério do Trabalho, tampouco o cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme exigido expressamente pelo item 12.5 do Termo de Referência. Além disso, o item “12.6.1.3” do referido Termo exigia: “Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação”. A equipe da Câmara Municipal de Viana entendeu que somente foi apresentado o rascunho do ATR. Conforme se extrai da própria leitura do documento, “rascunho – documento sem validade”, de modo que não foi apresentado documento válido e essencial apto a comprovar a formalização do respectivo acervo técnico do profissional em questão. A ausência dos referidos documentos já constitui causa imediata para sua inabilitação. Portanto, a inabilitação da empresa **CAPOBIANGO SOLUCOES INTEGRADAS LTDA** é medida que se impõe, pois contraria a vantajosidade que se espera que uma proposta apresentada para a Administração Pública, já que houve inobservância ao 12.5 e 12.6.1.3, ambos do Termo de Referência que direcionam a contratação. Vale lembrar que o princípio da proposta mais vantajosa à Administração Pública deve nortear as contratações públicas, onde o viés financeiro, por si só, não é suficiente para declarar uma proposta mais benéfica que a outra, ainda mais quando não há a comprovação integral da capacidade técnica e habilitação da empresa, exigida via Termo de Referência. Por fim, o terceiro colocado, apresentou a proposta na pessoa física, o Sr. **NATAN BUENO DE OLIVEIRA, CPF: 134.477.407-52** apresentou documentação conforme exigido pelo Termo de Referência da referida Compra Direta, com base no art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, pelo que se sagrou vencedor para oferta da prestação de serviços no Procedimento Administrativo n.º 074/2023.

Viana, 08 de fevereiro 2023.



**Filipe Lawrence Barbosa Silveira**  
*Secretário de Serviços, Compras e Contratos*  
Matrícula: 1447